



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005475-39.2010.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Aristides Pavesi**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ARISTIDES PAVESI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando que o réu, por conta da concessão de aposentadoria por invalidez, decorrência de problemas de coluna vertebral, o réu houve por bem promover a cessação do benefício de auxílio-acidente anteriormente concedido, em 27 de junho de 1994, por conta da amputação de dedo da mão, de modo que requer o restabelecimento do primeiro benefício concomitantemente à aposentadoria.

O réu contestou o pedido sustentando que o art. 86 da Lei nº 8.213/91 proíbe a cumulação pretendida, de modo que ao conceder a aposentadoria por invalidez em 26 de agosto de 2005, cumpria observar a lei vigente, que proibia a cumulação de benefícios, concluindo pela improcedência da ação.

O autor replicou nos termos da inicial e o feito foi instruído com documentos remetidos pelo réu, referente aos trâmites administrativos dos benefícios em discussão.

É o relatório.

Decido.

Conforme se vê dos documentos remetidos pelo réu, referente aos trâmites administrativos dos benefícios em discussão, o auxílio-acidente é identificado como *NB:31* (depois *NB:94*, decorrente de determinação judicial – fls. 72), o que implica dizer, trata-se de benefício de natureza *acidentária*, enquanto a aposentadoria por invalidez é identificada como *NB:32*, que equivale dizer tratar-se de benefício de natureza *previdenciária*, levando à manifesta conclusão de se tratar de benefícios concedidos por causas distintas.

Ou seja, aquele auxílio acidente concedido ao autor em 27 de junho de 1994, motivado pela “*amputação da falange distal do 2º quirodáctilo esquerdo*” (fls. 18), não se relaciona com a causa determinante da concessão da aposentadoria por invalidez identificada, como já dito, pelo código *NB:32-514930280/1*.

Em circunstâncias tais, conforme entendimento pacífico da jurisprudência, é possível a cumulação, até porque o auxílio-acidente foi concedido anteriormente à vigência da Lei nº 9.528, do ano de 1997: “*Acidente do Trabalho - Cumulação - Auxílio-acidente decorrente de moléstia ocupacional que eclodiu antes da vigência da Lei nº 9.528/97 - Aposentadoria por invalidez previdenciária - Fatos geradores distintos - Possibilidade - Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça*” (cf. Ap. nº 0004615-26.2009.8.26.0161 - 17ª Câmara de Direito


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

 Público TJSP - 14/08/2012 <sup>1)</sup>.

Diante dessas considerações, de rigor considerar-se procedente a presente ação, cumprindo ao réu promover a reimplantação do benefício de auxílio-acidente desde a data de sua cessação, observando-se ainda que “os valores em atraso serão atualizados e acrescidos de juros de mora na forma da Lei 11.960/09” e que “a renda mensal a ser implantada será reajustada pelos índices de manutenção” (cf. Ap. nº 0025578-88.2009.8.26.0053 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 <sup>2)</sup>).

Observar-se-á, ainda, que “o montante em atraso deverá ser apurado com emprego dos índices de correção monetária pertinentes (no caso pelo IGP-DI), com acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009” (cf. Ap. nº 0006357-94.2009.8.26.0320 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 25/09/2012 <sup>3)</sup>).

Observar-se-á, finalmente, a prescrição quinquenal.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que “a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03” (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 23/10/2012 <sup>4)</sup>), observando-se ainda que, “nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ” (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câ. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS a implantar em favor do autor ARISTIDES PAVESI o benefício previdenciário de auxílio-acidente, no valor equivalente a 50% do salário de benefício, a partir da data de sua cessação, observando-se, em relação aos valores vencidos até a data do pagamento, o acréscimo de correção monetária pelos índices IGP-DI, a contar da data do vencimento de cada prestação mensal, bem como o acréscimo de juros de mora contados a partir da citação de uma só vez sobre o quantum até aí devido e, após, mês a mês de forma decrescente, à base de 1% conforme previsão do Código Civil vigente, até junho de 2009, passando, a partir daí, tanto a atualização dos valores como a taxa de juros, a ser regidas pela disposição do artigo 5º da Lei 11.960, de 29.06.2009, e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 09 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br